



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pouso Alegre, POUSO ALEGRE / MG, CEP 37553-465 - Fone: (35) 3449-6150

ETP Nº1/2021/COINFRA/DDI/IFSULDEMINAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração, com base na Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 do Ministério da Economia, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações correlatas.

A. Histórico de revisões:

Data	Versão	Descrição	Autor
02/08/2021	1	Início da elaboração do ETP	Leandro de Oliveira - SIAPE 1964467
02/09/2021	2	Revisão 01	Engº Civil Paulo Roberto de Oliveira - SIAPE 2056557

B. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

Normativos	Considerações
Lei nº 8.666/93	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Instrução Normativa nº 40/2020 do ME	Dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
Lei Complementar nº 123/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
Decreto nº 8.538/2015	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

Lei nº 12.305/2010.	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
Decreto nº 7.746/2012	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.
Lei nº 8.078/1990	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
Lei nº 10.520/2002	Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. <i>* Se for aplicável a modalidade Pregão.</i>
Decreto nº 10.024/2019	Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. <i>* Se for aplicável a modalidade Pregão na forma eletrônica.</i>
Decreto nº 7.892/2013	Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. <i>* Se for Registro de Preços.</i>
Decreto nº 9.507/2018	Regulamenta a contratação de serviços, inclusive de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização), mediante execução indireta. <i>* Se for contratação de serviços.</i>
Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017	Regulamenta a contratação de serviços, mediante execução indireta, especialmente os de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização). <i>* Se for contratação de serviços, mediante execução indireta.</i>
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2014	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
Lei nº 12.462/2011.	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro

	de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. <i>* Se for aplicável a modalidade RDC.</i>
Decreto nº 7.581/2011	Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de que trata a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. <i>* Se for aplicável a modalidade RDC.</i>
Lei nº 12.546/2011	Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciáveis devidas pelas empresas que menciona; altera as Leis nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, nº 11.491, de 20 de junho 2007, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a art. 1º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, e o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos termos que especifica; e dá outras providências. <i>* Se for aplicável.</i>
Decreto nº 7.983/2013	Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências. <i>* Se for realizada licitação de obras ou serviços de engenharia.</i>

1. Informações Básicas e (NUP - Número Único de Processo)

O processo único será iniciado pelo Setor de Licitações do órgão.

2. Necessidade da Contratação (* Preenchimento Obrigatório):

O Campus Avançado Carmo de Minas, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, iniciou a oferta do curso Técnico em Administração na modalidade em EaD com o Programa Mediotec. Percebendo que este atendimento teve uma boa aceitação e que por ele conseguíamos atingir um novo público.

Como resultado dos números expressivos de permanência e êxito, aproximadamente 64% de conclusão frente ao quantitativo de matrículas, está sendo construído no *Campus* Avançado Carmo de Minas um prédio específico para o Centro de Educação a Distância, este com o objetivo de atender às expectativas de criação de novos cursos, ampliação de cidades atendidas, visando auxiliar na promoção do desenvolvimento econômico das cidades por meio da capacitação profissional. O CEAD (Centro de Educação a Distância) surgiu da percepção de crescimento e efetividade do curso em EaD ofertado pelo *Campus*, visto que ao final de cada oferta tínhamos um retorno positivo por parte dos responsáveis pelos municípios atendidos, além de muitas solicitações para oferta de cursos.

O CEAD do *Campus* Avançado Carmo de Minas, está localizado no próprio *Campus* e conta com uma infraestrutura prodigiosa. A fase 1 do projeto já está concluída e possui a infraestrutura necessária para as gravações, criação de conteúdo, reuniões de planejamento e parte administrativa.

Para a finalização é preciso a concretização da fase 2, nesse local será construída uma sala de aula (com capacidade para 50 alunos) que será utilizada nos encontros presenciais de todos os cursos ofertados, um laboratório de informática (com capacidade para 50 alunos)

com a mesma finalidade e banheiros adaptados que tornarão a vida da pessoa com mobilidade reduzida mais confortável e com a privacidade necessária. Assim, toda a infraestrutura garantirá a segurança e integridade física de pessoas com necessidades especiais ou de mobilidade reduzida, bem como o livre acesso a todos os alunos participantes dos cursos EaD ofertados pelo *Campus*. Essas salas são de vital importância pois atendemos pequenos municípios que circundam o *campus* e não possuem a estrutura necessária para os encontros presenciais que acontecem nos cursos EaD.

O CEAD, assim que concluído, contribuirá para a democratização do conhecimento nas suas muitas áreas, em formatos adequados aos variados públicos e objetivos de cada curso, disciplina ou projeto que desenvolve. O EAD vem conquistando espaço e credibilidade, permitindo que muitas pessoas invistam em uma educação continuada que pode fazer a diferença em sua inserção no mundo do trabalho.

3. Dados para Contratação (Área requisitante):

Área requisitante	Responsável
DG/Campus Avançado Carmo de Minas/IFSULDEMINAS	Professor João Olympio de Araújo Neto
DDI/RET/IFSULDEMINAS	Engº Civil Paulo Roberto de Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação [Escolha da Solução, com previsão de critérios e práticas de sustentabilidade].

Os serviços que ora serão contratados são soluções comuns da engenharia construtiva e que já estão implantados, onde não cabe a troca por nenhuma outra tecnologia em sua aplicação. São serviços complementares ao que já está estabelecido. O que estamos trabalhando, além de estarmos aperfeiçoando os critérios de sustentabilidade e de acessibilidade geral, a conclusão dos trabalhos iniciados na fase desta implantação e mais:

- Emprego de tintas à base d'água, livre de compostos orgânicos voláteis;
- Andaimos metálicos que permitam reutilização;
- Revestimentos impermeáveis e antipoluentes nos ambientes internos, de fácil limpeza, que atendem ao conforto térmico e acústico das edificações;
- Adequação de comandos de iluminação e aproveitamento da luz e ventilação naturais;
- Uso de lâmpadas LED de alta eficiência energética com qualidade, durabilidade e eficiência;
- Uso de cabos de alta eficiência elétrica;
- Conjunto de sanitários totalmente preparados para pessoas com necessidades especiais, atendendo integralmente a NBR 9050 da ABNT;
- Os sanitários serão contemplados com sistema de tubulações em sintonia com nosso programa institucional de captação, armazenamento e reutilização de águas pluviais.

5. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar:

Para a escolha da solução a contratar foram consideradas contratações similares já realizadas em nossas unidades tal como o RDC 03/2019, processo 23343.002970.2019-82, contrato 29/2019 do Campus Carmo de Minas/IFSULDEMINAS, construção esta do CEAD – FASE 01 com secretaria, estúdio, sala técnica, salas de tutores, coordenação, banheiro acessível e varanda e outras obras já realizadas em nosso Instituto, semelhantes ao objeto atual e que pela simplicidade é o que melhor atende nossas necessidades no presente momento.

Este objeto de contratação tem os mesmos parâmetros técnicos da construção em que se insere, ou seja, é a continuidade da solução escolhida anteriormente e que atendeu ao CEAD – FASE 01.

6. Descrição da solução como um todo [Escolha do tipo de Solução] (* Preenchimento Obrigatório):

Como já relatamos, a obra atual é a continuação e complementação da obra anterior, compreendendo o objeto desta contratação a finalização da referida obra em sua fase 02,

ou seja, serviços que realizarão a finalização do telhado em telhas cerâmicas com engradamento de madeira; instalação de calhas metálicas em seu perímetro; chapisco e reboco em paredes internas e externas (já construídas), inclusive teto; posterior emassamento nas paredes e tetos internos e pintura latex acrílico; revestimento em cerâmica nas paredes dos sanitários e DML; piso cerâmico PEI-5 em toda a área após a regularização da base de concreto já executada anteriormente; instalação de portas de madeira emassadas e pintadas em esmalte na sala e laboratório e ainda esquadrias metálicas de alumínio nos sanitários e DML e salas em portas e janelas; instalações elétricas e de lógica completas; finalização das instalações hidrossanitárias, inclusive aqueles exclusivos PNE conforme preceitua a NBR-9050/2004 da ABNT relacionadas com a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Acórdão nº 853/2013 – Plenário, TCU).

Tanto na etapa anterior como na finalização da construção do CEAD-FASE 02 sempre se objetivará com esta solução, espaço adequado para o incremento do relacionamento professor/aluno, no intercâmbio e fluxo de ideias e, conseqüentemente, na qualidade dos serviços e na aprendizagem escolar.

A referida instalação de infraestrutura objeto deste estudo se localiza no endereço atual, Alameda Murilo Rubião, S/Nº – bairro Chacrinha, Carmo de Minas /MG / CEP: 37.472-000.

- Registro de Imóveis, Comarca de Carmo de Minas/MG sob a Matrícula nº 2.566, Livro H-2E, protocolo nº 6.849 de 30/07/1984;
- Ação de Desapropriação proposta pela FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM ESTAR DO MENOR - “FUNABEM” contra José Remuzatd Rennó e Outros;
- Imóvel rural de antiga denominação como “Chácara da Conceição – Carmo de Minas” e hoje com endereço oficial como “Alameda Murilo Eugênio Rubião, sem nº, bairro Chacrinha – Carmo de Minas/MG, CEP 37.472-000”;
- Uma sorte de terras com área de 10,4867 ha com as benfeitorias nela existentes, cujas linhas divisórias constam das transcrições nº 8.8846 e 8.847, as fls. 2; 9.302 e 9.300, as fls. 117 e 116 do Livro 3-J; 10.935 e 10.936, as fls. 273 e 274 do Livro 3-L, pertencentes a José Remuzatdo Rennó e s/m Olga Fernandes Rennó com área de 1,9410 ha; Yolanda Serva Fernandes (na planta): Maria Yolanda Serva, Tereza Serva, Olga Serva e Vanda Serva, com área de 1,6430 ha; Da. Maria Fernandes com área de 2,6900 ha; José Carlos Ferraz e s/m. com área de 0,30 ha; Myriam Célia Fuchem com área de 0,3350 ha e Eurico Fernandes e s/m. com área de 3,5777 ha;
- Áreas de terreno: $1,9410 + 1,6430 + 2,6900 + 0,3000 + 0,3350 + 3,5777 = 10,4867$ ha (dez vírgula quatro oito meia sete hectares);
- Posteriormente, de acordo com AV. 002 da Matrícula nº 2.566, ex-ofício, na data de 28/12/1999 lavrou-se o TERMO DE TRANSFERÊNCIA e INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Livro nº 11 fls. 05;
- Na data de 29/05/2000 o terreno e benfeitorias passou a pertencer ao PATRIMÔNIO DA UNIÃO;
- Com o Av. 003 da Matrícula 2.566, protocolo nº 28.381 em 03/06/2016 foi realizado CONTRATO DE DOAÇÃO COM ENCARGO entre a SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU e o IFSULDEMINAS, como Outorgante donatário do imóvel acima denominado Chácara da Conceição, Processo nº 04929.001166/2013-95 – RIP 4281.00001.500-9, datado de 18/12/2015 na SPU em Minas Gerais, publicado no Diário Oficial da União nº 159 de 19/08/2013, tendo a área doada de 10,50 ha e benfeitorias, imóvel este avaliado em R\$ 3.750.000,00 (Três Milhões e Setecentos e Cinquenta Mil Reais);
- **Área total do terreno de 10,4867 ha (dez vírgula quatro oito meia sete hectares);**

7. Estimativas das quantidades a serem contratadas (* Preenchimento Obrigatório):

Para o objeto desta solicitação, estamos contratando os serviços que possibilitarão a

utilização do espaço inteiro do CEAD em prol da melhoria do ensino nesta instituição. Estes serviços por ora contratados e suas quantidades estão anotadas na planilha geral de referência e devem atender as necessidades já citadas ao longo da vigência do contrato/prazo para execução da obra. Foram incluídos nos orçamentos todos os elementos necessários tais como: quantidades, preços unitários de referência, BDI referenciado e total geral de referência para os serviços que se apresentam abaixo, quais sejam:

- Serviços Preliminares / Técnicos;
- Instalações de esquadrias em madeira e alumínio;
- Cobertura com telhado em estrutura de madeira e telhas cerâmicas;
- Instalações elétricas e SPDA;
- Instalações de lógica/telefonia;
- Instalações hidráulicas e pluviais;
- Instalações de combate a incêndio;
- Revestimento interno e externo;
- Pisos cerâmico tipo porcelanato e rodapés;
- Pintura acrílica com emassamento de paredes internas e tetos;
- Pintura acrílica e textura nas paredes externas;
- Limpeza final da obra.

8. Estimativas Do Valor da Contratação (* Preenchimento Obrigatório):

Para critério de cálculo do custo estimado para esta obra e em obediência ao decreto 7.983, de 08ABR2013, utilizou-se referências em publicações especializadas com preços de serviços e insumos constantes das tabelas SINAPI da Caixa Econômica Federal de junho de 2021 (planilha analítica, sintética e de insumos) e SETOP de abril 2021 (planilha analítica e sintética). Ainda todas as planilhas de acordo com a desoneração fiscal e ainda algumas composições deste Instituto com preços de mercado que acompanham o referido processo

Valor Estimado da Contratação **R\$ 394.642,02** (Trezentos e Noventa e Quatro Mil, Seiscentos e Quarenta e Dois Reais e Dois Centavos).

9. Justificativas para o Parcelamento ou não da Solução (* Preenchimento Obrigatório):

Não se aplica o parcelamento para esta obra, face a particularidade da diversidade de itens e serviços de engenharia objeto deste estudo.

Por tratar-se de execução de obra, não é recomendável o parcelamento da solução além do requerido pela pertinência dos serviços, evitando assim que possíveis futuras responsabilizações não tenham mais de um destinatário, o que, além da polêmica entre as contratadas, ocasionaria evidentes prejuízos à nossa Instituição e ao erário público.

A obra em referência não pode ser tratada como objeto passível de parcelamento, haja vista que cada uma de suas etapas e serviços se inter-relacionam de maneira dependente uns dos outros. Ainda, o parcelamento é economicamente inviável pois poderia acarretar em perda de economia de escala.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não verifica-se contratações correlatas para a viabilidade e contratação desta demanda. Não haverá contratação nem ao menos de serviços técnicos profissionais especializados de arquitetura e engenharia consultivas, na elaboração de estudos, projetos, orçamentos, cronogramas de obras, memoriais descritivos, já que estes serão realizados pela equipe técnica da Coordenadoria Geral de Obras e Infraestrutura do IFSULDEMINAS e que também fará a fiscalização, acompanhamento e implementação da obra pelo seu corpo técnico.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento (* Preenchimento Obrigatório):

Esta contratação está prevista no Plano Anual de Contratações Públicas do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (CMG / PGC) do campus Carmo de Minas/IFSULDEMINAS, ano 2021 no item **6112**.

12. Resultados Pretendidos (Efetividade e desenvolvimento nacional sustentável):

Esperamos com esta contratação concluir mais uma etapa para a implantação deste edifício que abrigará o CEAD (Centro de Ensino à Distância) que, assim que concluído, contribuirá para a democratização do conhecimento nas suas muitas áreas, em formatos adequados aos variados públicos e objetivos de cada curso, disciplina ou projeto que desenvolverá.

13. Providências anteriores à Contratação:

Na prática não haverá a necessidade de adequação do ambiente, pois trata-se de contratação de serviço comum de engenharia e que já foi prestado em outras ocasiões. Os servidores e alunos já possuem conhecimento na rotina diária a ser estabelecida com as obras em andamento e dos respectivos serviços. Note-se que a conclusão desta etapa de construção é a continuidade do que já está funcionando, ou seja, CEAD-FASE 01. Por se tratar de construção nova e sua localização, o espaço disponível para a execução da obra não causará transtorno substancial aos edifícios vizinhos em suas rotinas escolares, administrativas e demais atividades do Campus.

14. Possíveis Impactos Ambientais:

A construção existente e que sofrerá intervenção na sua área interna e externa, no local já estabelecido e definido, não é passível de licenciamento ambiental, uma vez que se trata de área de uso consolidado e suas atividades não estão previstas no Anexo único da Deliberação Normativa nº 74, de 09 de setembro de 2004 do COPAM que: "Estabelece critérios para classificação segundo o porte e potencial poluidor de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente passíveis de autorização ambiental de funcionamento ou de licenciamento ambiental no nível estadual. Determina também normas para indenização dos custos de análise de pedidos de autorização ambiental e de licenciamento ambiental e dá outras providências".

O local onde haverá intervenção não se encontra dentro de limites de APP (Área de Preservação Permanente).

O serviço de fornecimento de água ficará a cargo da concessionária municipal (SAE) não sendo necessário outorga para direito de uso de recurso hídrico.

15. Declaração da Viabilidade ou Não da Contratação (* Preenchimento Obrigatório):

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudo Técnico Preliminar, declaramos que:

(X) É viável a contratação proposta pela unidade requisitante.

() Não é viável a *contratação* proposta pela unidade requisitante.

15.1 Justificativa da viabilidade (* Preenchimento Obrigatório):

Esta finalização da construção, "**CEAD - CENTRO DE ENSINO À DISTÂNCIA - FASE 02**", dará condições de estender, democraticamente, as oportunidades de acesso ao saber, incentivando a autonomia dos alunos em seu processo de aprendizagem com a responsabilidade e liberdade que o processo lhe dá, de ir construindo sua formação através do recebimento de material de qualidade que teremos condições de gerar com a construção que ora terá continuidade, apoiando nossos alunos em suas dúvidas e seus questionamentos com o retorno às avaliações em processo.

Complementa ainda o professor João Olympio de Araújo Neto, Diretor-Geral Pró-Tempore, Doutor em Eng^a Civil (FEC/UNICAMP):

"O Campus avançado Carmo de Minas possui robustez e eficiência na atuação educacional para a formação técnica profissional em diversas áreas. A atuação da unidade está vinculada nas ofertas de cursos na modalidade presencial e na Educação à distância (EaD),

sendo que mais de 70% de seus discentes estão matriculados na modalidade EaD institucional; como exemplo, pode-se citar o programa MEDIOTEC, onde o Campus teve mais de 1.200 (mil e duzentas) matrículas no estado de Minas Gerais.

Atualmente o Campus está em fase de oferta de inúmeras vagas para o curso Técnico em Administração na modalidade EaD. Destarte, o exposto permite caracterizar o campus Avançado Carmo de Minas como forte fomentador de cursos na modalidade EaD, sendo seus números e eficiência citados pela SETEC-MEC. A criação de um Centro de Educação à Distância (CEAD) deverá expandir o processo de interiorização da educação pública e de qualidade em diversas cidades do estado mineiro, onde não existe uma instituição capacitada de ensino, trazendo conhecimento técnico e humano diferenciado para os cidadãos.”

16. Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar:

Certifico que sou responsável pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Técnico Preliminares:

Pouso Alegre/MG, 02 de setembro de 2021

Integrante Técnico

Eng.º Civil Paulo Roberto de Oliveira, CREA MG 29.949/D

SIAPÉ - 2056557

(Documento assinado eletronicamente)

Integrante Requisitante

DG João Olympio de Araújo Neto

SIAPÉ - 1639708

(Documento assinado eletronicamente)

17. Do Acesso às Informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar:

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, entendemos que:

(X) As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar deverão estar disponíveis para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

() As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar assumem caráter sigiloso, nos termos do art. 23 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Roberto de Oliveira**, COORDENADOR GERAL - CD4 - IFSULDEMINAS - COINFRA, em 03/09/2021 10:34:39.
- **Joao Olympio de Araujo Neto**, DIRETOR GERAL - CD2 - CDM, em 02/09/2021 11:01:25.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 02/09/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 176873

Código de Autenticação: be29e1e105



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais